

O caráter metafísico da mercadoria em Marx

JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE*

Resumo

A mercadoria é um conceito fundamental na teoria de Marx, mas ela não é algo objetivo, não subsiste por si mesma, ninguém pode tocá-la com o dedo. Isso ocorre porque ela é concebida por Marx dentro dos moldes da metafísica tradicional. Assim, o objetivo deste texto é apresentar uma contribuição preliminar para uma leitura filosófica de *O Capital* a partir da análise desse conceito, como aparece no início do livro primeiro.

Palavras-chave: Valor de uso; Valor de troca; Substância; Economia política.

Abstract

The merchandise is a fundamental concept in Marx's theory, but it is not something objective, does not subsist by itself, nobody can touch it with the finger. This occurs because it is conceived by Marx inside of the moulds of traditional metaphysics. Thus, the aim of this text is to present a preliminary contribution for a philosophical reading of *The Capital* from the analysis of this concept, as it appears at the beginning of the book first.

Key words: Use value; Exchange value; Substance; Political economy



* JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE é Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Composta por três livros, sendo apenas o primeiro publicado antes da morte de Marx (1818-1883)¹, *O Capital* (1983) é uma obra excepcional, uma elaboração intelectual densa e complexa envolvendo estilos irônicos, polêmicos, teóricos que se insere num vasto conjunto, admirada ou vivamente criticada, muitas vezes caricaturada ou alvo de leituras dogmáticas. Por razões políticas, ela é muitas vezes reduzida a um conjunto de teses fáceis de entender, como também de criticar, quer para defendê-la ou para atacá-la. De qualquer forma, ela é indubitavelmente uma das referências indispensáveis do pensamento contemporâneo. Nela o autor faz um esforço para descrever uma sociedade (a burguesa) e um modo de produção (o capitalismo), elaborando um conjunto complexo de conceitos e inferindo a lei econômica do movimento da sociedade moderna².



No livro I, objeto de nosso estudo, Marx faz uma leitura crítica dos economistas clássicos ingleses (Adam Smith e David Ricardo essencialmente)³ e descreve o capitalismo através de suas relações fundamentais, que são as formas específicas de organização do trabalho do capitalismo. Essas relações são: de troca mercantil, salarial e de produção. O modo de produção capitalista associa *forças produtivas* (conjunto de fatores técnicos da produção) a *relações de produção* (relações sociais resultantes das funções desempenhadas pelos indivíduos e pelos grupos no processo de produção e de controle dos meios de produção).

tarefas de uma economia preocupada com a produtividade. Deve-se distinguir, valor, criado pelo trabalho, de preço, determinado pela combinação de salários, lucros e rendas. Na obra de Ricardo encontramos uma teoria do *homo aeconomicus*, ou seja, ele se empenha na produção de uma teoria dos fenômenos econômicos que só leve em conta os móveis econômicos dos agentes. Ricardo entende que o universo econômico é suscetível de compreensão racional, em razão da racionalidade imanente ao funcionamento do sistema. Inspirado em Smith, ele considera o valor de uma mercadoria como dependente da quantidade de trabalho necessário à sua fabricação. Aquilo que é necessário para que o trabalhador reproduza sua capacidade de produção e perpetue a descendência de outros trabalhadores, determina o valor da mercadoria – trabalho; o preço dessa mercadoria é o salário.

³ Para M. Morishima e G. Catephores (1980, p.8), o aspecto mais atraente da economia de Marx está no fato dela poder “ser distinguida da teoria econômica ortodoxa como uma ‘Economia magnificente’ no sentido de que consolida a teoria econômica, a História, a Sociologia e outras ciências políticas num conjunto sintetizado”. Dialogando de perto com os economistas clássicos ingleses, Marx constrói, de um modo geral, o esboço de uma teoria da economia moderna, combinando com uma teoria social e uma teoria das tendências históricas.

¹ O livro I consagrado à produção foi publicado em 1867; os dois outros consagrados à “circulação” e ao “processo de conjunto” do capital, fragmentários, foram postumamente publicados por Engels. Nosso objetivo neste artigo é analisar apenas o livro I volume I (o conceito de mercadoria essencialmente). Portanto, não temos interesse direto nos conteúdos dos livros II e III.

² Quando se analisa a obra de Marx, é importante mencionar, mesmo que seja de passagem, *A riqueza das nações* (2008) de Adam Smith e *Princípios da economia política e tributação* (1982) de David Ricardo. Essas duas obras antecederam e influenciaram fortemente os trabalhos de Marx. Em linhas gerais, a obra de Smith versa sobre a origem da riqueza, ou como outros preferem, do valor. Para ele, não é a terra nem as trocas, mas o trabalho humano que realmente produz bens úteis. Ele ataca o pensamento dos fisiocratas, mas retoma parcialmente o legado deles. Situa-se no universo do “capitalismo manufatureiro” e não do “capitalismo agrário”. Para Smith, garantir a liberdade e a divisão do trabalho devem ser

Um leitor atento de Marx não pode negar, por exemplo, que é em torno da obra *A riqueza das nações* (2008) de Smith que ele faz sua crítica aos fundamentos da economia política e que é, também, a partir das análises da obra *Princípios da economia política e tributação* (1982) de Ricardo que ele elabora sua teoria do valor de troca das mercadorias. No entanto, por mais curioso que possa parecer, o assunto de *O Capital* não é o mesmo das obras dos dois autores anteriormente citados. *O Capital* é, sobretudo, uma obra filosófica de crítica à economia política como muito bem observou Collin (2006). Ao reconduzir as leis da economia às relações sociais e os conceitos de economia política às representações imaginárias da vida social, Marx reintegra a economia política no seu campo originário da ética e filosofia.

Nesse sentido, nosso objetivo neste artigo é analisar *O Capital* como uma obra filosófica, tomando como referência o conceito de mercadoria como ele aparece no início do livro primeiro, na seção I do volume I especificamente. Trata-se apenas de um esforço para propor alguns trajetos e testar a fecundidade de suas contradições apesar de ser uma leitura talvez menos evidente, uma vez que, “formalmente”⁴, Marx rompe com a filosofia desde 1844-1845, ao afirmar que ela deve dar lugar a um “saber real”. Isto é, para ele, como se pode ler em *A ideologia alemã* (2007, p.231), “a relação entre filosofia e estudo do mundo real corresponde à relação entre onanismo e amor sexual”.

⁴ De acordo com E. Balibar (1993), a ruptura de Marx com a filosofia é apenas “formal”. Ele inaugura uma nova maneira de fazer filosofia percebida nos interstícios de uma obra que se apresenta essencialmente de uma maneira não filosófica.

De acordo com Balibar (1997), apesar de não querer ser filósofo, Marx é um autor que interroga profundamente a filosofia. Sua ruptura “formal” com a prática filosófica aconteceu apenas em relação à filosofia sistemática alemã que o impregnou profundamente. Assim, ele não é e nem deve ser considerado um filósofo sistemático como a maioria dos filósofos alemães; deste modo, para uma leitura filosófica da sua obra é fundamental considerar que ele não quer construir um novo sistema, nele a filosofia surge como uma atividade essencialmente crítica.

É comum pensar, por exemplo, que se alguém propõe uma investigação cujo objetivo é compreender as relações de produção capitalistas, o caminho mais adequado seria fazer a sua história. E quando este alguém é Marx, esta constatação fica ainda mais evidente. Afinal, além de acreditar que é preciso entender as realidades sociais como realidades históricas, Marx admite que o principal defeito da economia política clássica foi não ter procedido assim.

Em *O Capital* (1983), no entanto, a ordem da exposição não caminha necessariamente nessa direção. Marx, especificamente no livro I, convida seus leitores, como muito bem observou Collin (2006, p.95), mais a uma “gênese lógica” do que “histórica”. Preconceito metodológico? Não⁵. Uma atitude

⁵ Não temos interesse, neste artigo, em analisar sistematicamente o método dialético de Marx que, como ele mesmo disse, não é apenas diferente do método hegeliano, mas é completamente oposto a ele. A dialética de Hegel transformava a história da humanidade em percurso progressivo que ia incorporando liberdades humanas, culminando na liberdade absoluta do Estado prussiano. De acordo com Marx, Hegel estava cometendo um grande erro, pois a consciência não determina a vida, mas o contrário: a vida é que determina a consciência. O pensamento não cria e não pode criar a realidade; mas realidades econômicas podem

compreensível proveniente da própria natureza do objeto:

a reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo (MARX, 1983, p.73).

Para Marx, portanto, apresentar a sucessão das categorias econômicas na ordem de sua ação histórica não seria uma atitude correta, pois sua ordem de sucessão é, pelo contrário, determinada pela relação que têm entre elas na sociedade burguesa moderna e que é, precisamente, o contrário de sua ordem aparentemente natural ou de sua evolução histórica. Para ele, é a análise da forma desenvolvida que permite

determinar como as pessoas pensam. A história é, para Marx, conflito dialético constante, mas não entre as abstratas ideias hegelianas, e sim entre todas as classes sociais e forças econômicas, todas elas bem reais. Conflito que, primeiro, aconteceu escravos e senhores, depois entre servos e senhores feudais; e, na sociedade moderna a ocorre entre a burguesia que é dona do capital e dos meios de produção, e o proletariado, os operários que trabalham e assim vendem sua força de trabalho. Marx costumava dizer que esse conflito acabaria em uma revolução operária internacional, transformando a sociedade humana e a história. Para os leitores interessados em estudar este tema, seria interessante uma leitura, por exemplo, do texto de Hector Benoit. Sobre a crítica (dialética) de O capital. In: *Crítica Marxista*, nº 03. São Paulo: Xamã, 1996, p. 14 – 44.

compreender o seu desenvolvimento e não o contrário; por isso suas análises em *O Capital* partem da mercadoria plenamente desenvolvida na sociedade burguesa moderna, e não como ela aparece na pequena produção mercantil.

Apesar da insistência de alguns autores em eleger a *riqueza*⁶ como ponto de partida de *O Capital*, o texto de Marx prova que não é bem assim. É a mercadoria, forma em que se apresenta a riqueza nas sociedades em que domina o modo capitalista de produção, que é o ponto de partida das análises de *O Capital*. O ponto de partida de Marx é, portanto, aquilo que se apresenta por primeiro ao observador:

a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. **Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria** (MARX, 1983, p.45, grifo nosso).

Mas, ao tomar a mercadoria como ponto de partida, Marx não quer dizer que ela seja o fundamento da vida social, nem o ponto de partida histórico real. Uma leitura cautelosa mostra que ao longo de *O Capital*, ele tece vários comentários contra a identificação da riqueza com as massas das mercadorias – objeto produzido regularmente para ser vendido em mercado, pois essa identificação exclui outras riquezas sociais – bens naturais como, por exemplo, “o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc.” (MARX, 1983, p.49) que, do ponto de vista da economia política, não têm nenhum

⁶ Para Moura (2004, p.114), por exemplo, “Passa inadvertido a grande número de comentaristas o fato de a arquitetura argumentativa de *O Capital* iniciar-se pela noção de ‘riqueza’ (*Reichtum*) e não pela de ‘mercadoria’ (*Ware*), como aos mais afoitos pudera parecer”.

“valor”, mas isso não quer dizer, como constata Collin (2006, p.98), que não são riquezas reais, como aqueles bens que apenas dependem da vida social e que não estão incluso no circuito da troca mercantil.

Uma outra questão importante e que deve ser sublinhada, é que a mercadoria em sua forma pura, como aparece no livro I, deve-se à divisão do trabalho e à troca mercantil generalizadas; em outras palavras, quando acontece ou está em vias de acontecer a dominação das relações capitalistas.

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho (MARX, 1983, p.50).

A decisão de Marx em tomar a mercadoria como ponto de partida deve-se ao fato dela aparecer, do ponto de vista da economia política, como realidade imediata. Mas, ele a decompõe em “valor de uso” e “valor de troca”; como ele mesmo disse, foi o primeiro a demonstrar de forma crítica, “essa natureza dupla da mercadoria” (MARX, 1983, p.49). Fica assim, evidente, que *O Capital* é uma crítica à economia política cujo objeto é o funcionamento da “economia de mercado” que se confunde com o modo de produção capitalista. Ele não é, portanto, como afirma Althusser (1996; 1996a), uma teoria geral das sociedades humanas, nem a construção de uma ciência histórica.

Essa realidade imediata, essa “coisa exterior” – a mercadoria não é definida, primeiramente, nela mesma. É tomada como algo que satisfaz uma necessidade humana. Isto é, como algo que “pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1983, p.45), seu desdobramento se dá a partir daí. Portanto, seguindo Collin (2006), uma teoria geral da sociedade não pode partir da mercadoria, ela não é a realidade última. Ela só é o ponto de partida na medida em que se pretende compreender a lógica particular do modo de produção capitalista.

Ninguém pode tocar na mercadoria. Isto é, não posso chegar e colocar o meu dedo ou carregar no meu colo, por exemplo, uma coisa chamada mercadoria, ela não possui uma característica tal que permite esta ação. Ela não subsiste por si mesma, sendo assim, é algo metafísico que se encaixa, perfeitamente, no sistema das categorias da metafísica tradicional, em especial, na metafísica aristotélica. Mercadoria, portanto, aparentemente uma coisa simples capaz de ser vista e conhecida pela maioria, uma coisa óbvia sem nenhuma necessidade de ser analisada ou definida, se desdobra em “valor de uso” e “valor de troca”; o primeiro permite satisfazer uma necessidade concreta, o segundo é pura quantidade abstrata⁷. Esse desdobramento ocorre quando ela é analisada, fundamentalmente, sob dois ângulos: o da qualidade e o da quantidade respectivamente.

Mas, para Marx, por exemplo, uma calça que a tia costura para seu sobrinho, apesar de possuir todas as qualidades que fazem dela uma calça, ela não é uma mercadoria. Como entender isso? É que,

⁷ Essa quantidade abstrata, para Marx, não depende, portanto, das necessidades concretas do produtor ou do comprador.

de acordo com Marx, as qualidades não fazem, necessariamente, uma mercadoria. O que é inerente à substância da mercadoria é a quantidade que, mesmo variando, não altera absolutamente nada na substância da coisa. Portanto, “o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como ‘valor de troca’” (MARX, 1983, p.62).

Como muito bem observou Collin (2006, p.105), é o “valor de troca” que faz de uma coisa uma mercadoria. No ato da troca somem todas as características particulares do valor; este, neste sentido, se reduz à mercadoria. Não muda nada, por exemplo, se alguém trocar dois metros de pano por uma calça, ou uma calça por um par de sapatos. Tomando como fundamento a *Metafísica* (1969) de Aristóteles, podemos considerar a forma valor da mercadoria como sendo uma daquelas substâncias que “são chamadas quantidades em virtude de sua própria natureza” (1020a)⁸. Mas, qual é essa substância? É o trabalho e sua grandeza, é o tempo de trabalho social corporificado no produto mercadoria que, no campo da troca, perde suas qualidades concretas, isto é aquilo que faz dela um “valor de uso”, e passa a ser uma quantidade que se reflete na quantidade de outra mercadoria.

É importante sublinhar que as proposições da teoria do “valor – trabalho” encontram-se em Smith e Ricardo. No entanto, ao analisar as peculiaridades da “forma equivalente”, Marx remete seus leitores a Aristóteles, particularmente ao livro quinto da *Ética a Nicômaco* (2001). Diz ele,

as duas peculiaridades da forma equivalente desenvolvidas por

⁸ Para uma visão mais abrangente sobre este argumento, é importante uma leitura do 1006a e 1007a da *Metafísica* (1969)

último tornam-se ainda mais palpáveis, quando retornamos ao grande pesquisador que primeiramente analisou a forma valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles (MARX, 1983, p.61).

Essa referência à Aristóteles não é inocente, como sublinhou Collin (2006, p.107-121), e pode ser compreendida de duas formas: primeiro, em Aristóteles a economia é apenas uma parte de uma concepção de conjunto das relações sociais e dos princípios que devem organizá-las; segundo, Marx ignora os economistas clássicos ingleses de forma intencional, para retomar a questão de onde Aristóteles a deixou, pois pretende resolvê-la.

Na verdade, uma leitura do livro V da *Ética a Nicômaco* (2001) deixa bem claro que, de fato, Aristóteles coloca o problema da troca, mas não o resolve⁹, apenas entrevê a solução do problema:

haverá, portanto, reciprocidade quando os termos da proporção forem igualizados, de tal forma que o valor do trabalho do sapateiro esteja para o valor do trabalho do fazendeiro com quem a permuta é feita assim como o fazendeiro está para o sapateiro (1133a/b).

Marx pretende, portanto, resolver de uma vez por todas o problema que, segundo ele, foi analisado primeiramente por Aristóteles, mas não resolvido em razão das condições da época:

⁹ Essa questão está evidente, por exemplo, em 1132 a – 1135 a. Uma situação tal como, “X mercadorias A = Y mercadorias B” é, para Aristóteles, algo de difícil explicação teórica. Para ele, não é aceitável que coisas dessemelhantes possam ser comensuráveis. Na perspectiva de Aristóteles, não existe uma substância comum entre duas mercadorias capaz de torná-las comensuráveis.

o gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste “em verdade” essa relação de igualdade (MARX, 1983, p.62)¹⁰.

Para Marx, o que constitui “essa relação de igualdade” é, na verdade, a substância do valor que se resolve em trabalho geral; ou seja, às custas de força de trabalho dos indivíduos. Nenhuma mercadoria possui valor em si mesma, pois o valor não pertence à coisa como um dado fundamental, a substância do valor é o trabalho vivo. Marx não concebe, observa Collin (2006, p. 121-125), a forma valor como algo eterno, mas como resultado de um processo

¹⁰ “O próprio Aristóteles nos diz em que fracassa o prosseguimento de sua análise, a saber, na falta do conceito de valor. Que é o igual, isto é, a substância comum que a casa representa para a almofada na

expressão de valor da almofada? Tal coisa não pode “em verdade existir”, diz Aristóteles. Por quê? A casa representa, contraposta à almofada, algo igual, na medida em que represente o que é realmente igual em ambas, a almofada e a casa. E isso é — trabalho humano.

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante” (MARX, 1983, p.62).

histórico. Somente quando os produtos da atividade humana se transformam em mercadorias, a forma valor se torna independente. Quando a força de trabalho, ou melhor dizendo, a potência física e moral do trabalhador é transformada em mercadoria e surge como uma coisa exterior, que ele coloca no circuito da troca, a forma valor se torna dominante. Portanto, se seguirmos as análises de Marx com cuidado, fica evidente que, para ele, Aristóteles não foi capaz de descobrir a substância do valor porque ela surge como tal no final de toda uma evolução histórica.

Como valor de uso a mercadoria é uma coisa simples e, portanto, sem nenhum segredo. Mas, “analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (MARX, 1983, p.70). Isso acontece, fundamentalmente, quando ela é tomada como valor de troca:

a forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (MARX, 1983, p.70).

Por não ser uma coisa que subsiste por si mesma, um objeto que se pode pegar ou tocar, mas uma relação social que se apresenta sob a forma de uma coisa, Marx reconhece “o caráter místico da mercadoria” que “não provém, portanto, de seu valor de uso” (MARX, 1983, p.70). Prossegue Marx:

a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual

objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho (MARX, 1983, p.71).

Marx não nega, portanto, como constatou Collin (2006, p.132), o valor dos produtos do trabalho como decorrente de um processo físico, observável. Mas, ele é categórico em dizer que “a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam” (MARX, 1983, p.71). A mercadoria para Marx, apesar de apresentar uma aparência fenomenal, ela não é, de modo algum, algo material:

não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1983, p.71).

Marx critica a “economia política” que sem nenhuma precaução, tomou a “forma valor” como seu objeto. A comparação que ele faz dessa “forma

valor” com a religião e a referência ao fetichismo que dá às coisas o poder mágico de agir como se fossem seres dotados de uma potência própria, como podemos ler em *O Capital*, explica-se pelo fato dela substituir a realidade das relações sociais por um equivalente ideal; “o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social” (MARX, 1983, p.72)¹¹.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**: avant-propos de Étienne Balibar. Paris: La Découvert/Poche, 1996.

ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; MACHÉREY, P.; RANCIÈRE, J. **Lire le Capital**. Paris: PUF, 1996a.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

¹¹ Apenas como parêntese, se considerarmos que a ideologia não é um discurso enganador, mas algo constituído por um certo número de representações que refletem no cérebro dos indivíduos, podemos fazer a seguinte indagação: é possível um combate ideológico contra o capital e, também, contra a religião? Para Marx, a resposta é sim, mas seria uma luta em vão: “para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc.” (MARX, 1983, p.75). Isso, certamente, não quer dizer que o protestantismo seja para o capitalista algo funcional em todos os seus aspectos como afirmou Collin (2006), mas explica o fato de que, se a sociedade burguesa moderna adotou o protestantismo, é porque encontrou nele um complemento religioso conveniente. “O protestantismo desempenha, mediante sua transformação em dias úteis de quase todos os feriados tradicionais, importante papel na gênese do capital” (MARX, 1983, p.219, n.124).

----- . **Ética a Nicômaco**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

BALIBAR, Étienne. **La philosophie de Marx**. Paris: La Découverte, 1993.

BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de O capital. **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, nº03, p.14-44, 1996.

COLLIN Denis. **Comprendre Marx**. Paris: Armand Colin, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

----- . **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORISHIMA, Michio; CATEPHORES, George. **Valor, exploração e crescimento: Marx à luz da teoria econômica moderna**. Trad.

Mauro Roberto da Costa Souza. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. **Os mercadores, o templo e a filosofia: Marx e a religiosidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RICARDO, David. **Princípios da economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Recebido em 2012-07-02

Publicado em 2013-02-12